

Obrigações

@beatriznamiestudies

► O objeto do direito das obrigações é a **PRESTAÇÃO**

É a atitude do devedor em face do credor. Compreende-se os vínculos de conteúdo **PATRIMONIAL** que se estabelecem de pessoa para pessoa, colocando-as **uma em face da outra como credora e devedora**, de tal modo que, uma esteja na situação de poder exigir a prestação e a outra na obrigação de cumprir.

Sujeitos

POLO ATIVO: credor → quem recebe

POLO PASSIVO: devedor → quem paga

► É possível que os polos se alterem

ex: compra e venda (relações recíprocas)

A finalidade do direito obrigacional é fornecer meios ao credor para exigir do devedor o cumprimento da obrigação.

► **autonomia privada**: fazer de acordo com o que está disposto

► **autonomia da vontade**: fazer como quiser

a obrigação termina quando satisfaz a pretensão das partes

figuras híbridas:

► **in rem, ob rem, propter rem, obrigações reais ou mistas**: são figuras jurídicas que misturam direitos reais e obrigações.

► **obrigação com eficácia real**: há possibilidades de opiniabilidade ERGA OMNES quando houver notações.

deterioração:

presúízo parcial

► **Sem culpa do devedor**: pode ser resolvido a obrigação ao aceitar a coisa com o abatimento do valor que perdeu. art. 235 CC

► **obrigação com culpa do devedor**: o credor pode exigir o equivalente ao aceitar a coisa da maneira que se encontra, em outro caso, indenização + perdas e danos. art. 236 CC.

amoré

Obrigações de Restituir:

@beatriznamiestudies

- ▶ devolução da coisa recebida pelo devedor.
- ▶ caso a coisa se perca:
 - **sem culpa do devedor**: o credor sofrerá a perda e a obrigação será resolvida.
 - **por culpa do devedor**: responde pelo equivalente + perdas e danos.
- ▶ caso a coisa se deteriore:
 - **sem culpa**: credor recebe a coisa no estado que se encontra e não tem direito a indenização.
 - **por culpa**: responde pelo equivalente + perdas e danos

Obrigações pecuniárias: envolvem dinheiro → pecúnia

- ▶ pagamento em moeda corrente nacional
- ▶ **Princípio do nominalismo**: dívidas em dinheiro serão pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal.
- ↳ **Obrigações simples**: constituem-se por um devedor, um credor e um objeto, somente recai sobre uma coisa ou um ato.
- ↳ **Obrigações complexas**: há uma pluralidade de objetos e sujeitos

Obrigações de dar:

- ▶ **coisa incerta**: objeto não é individualizado.
- As coisas incertas são indicadas pelo gênero e quantidade, as partes não escolhem especificamente, a coisa é incerta e só é inicialmente definida pelo gênero e quantidade.

art. 244 CC não posso exigir o melhor, mas também não pode ser o pior.

↳ serve para qualquer coisa desde a quantidade até o gênero.

art. 246 CC o gênero não perece a coisa.

↳ o devedor não pode alegar deterioração da coisa antes da escolha, ainda que por força maior ou caso fortuito.

amoré

modalidades

▷ **obrigações cumulativas:** estabelecem várias obrigações a serem cumpridas.

Devedor tem que cumprir uma e a outra para ser liberado da obrigação.

▷ **obrigações simultâneas:** a obrigação pode ser cumprida uma de cada vez ou toda de uma vez só.

▷ **obrigações alternativas:** são várias possibilidades e o credor ou devedor escolhem uma para ser cumprida, mediante o cumprimento de uma delas o devedor se libera.

@beatriznamiestudies

▷ **obrigação indivisível:** é dar coisa certa. - **ex:** cavalo, boi, cachorro

↳ não tem como repartir ao meio

▷ **obrigação divisível:** coisas que podem ser fracionadas - **ex:** soja, arroz

↳ é possível repartir

▷ **obrigação de fazer:** é uma conduta comissiva.

art. 247 CC

▷ **obrigação de não fazer:** é uma conduta omissiva, comprometimento de não fazer alguma coisa - **ex:** não ter animais no condomínio

▷ **Transferência de propriedade:** de bens imóveis se dá a partir do registro

- **ex:** transferência de casa

↳ para transferir precisa passar o registro p/ o novo proprietário.

▷ **Tradição:** É a entrega da coisa, transferência de bens móveis

↳ o acessório segue o principal

- **ex:** carro com som

↳ o som tem que vir com o carro, pois é o acessório

▷ **inadimplemento:** é uma consequência. É o NÃO cumprimento da obrigação

▷ **Pluralidade de credores e devedores:**

- **ex:** 3 devedores devem o total de 300 mil para um credor, ou seja, cada um dos devedores deve 100 mil.

amorzê

- Presume-se que está dividido em partes iguais.

- **sub-rogação:**
 - devedor vira credor
 - modalidade de pagamento
 - os devedores se "livram"

@beatriznamiestudies

- se apenas um dos credores receber toda quantia, ele deve pagar a parte dos demais credores.

▶ **remissão ou perdão:** É como se o credor perdoasse a parte dele.

▶ **obrigação de garantia:** a garantia recai sobre uma coisa, é a relação do adimplemento do devedor. Coloca algum bem como garantia, não atinge patrimônio.

▶ **obrigação de meio:** o devedor não tem vínculo com a satisfação do credor

▶ **obrigação de resultado:** é aquela em que se tem que garantir o resultado

↳ ex: cirurgia plástica

▶ **obrigação de dar:** atitude do devedor na prestação

↳ coisa certa: tornar algo individual, coisa específica, determinada

Obrigações de: fazer e não fazer

► **Obrigações de fazer:** consiste no compromisso do devedor de realizar uma atividade ou serviço em prol do credor.

- ex: contrato de prestação de serviço

@beatriznamiestudies

Classificações:

- obrigação de fazer fungível: pode ser realizada por qualquer devedor, não se exige qualquer qualidade especial do devedor.

- obrigação de fazer infungível: também conhecida como obrigação personalíssima, porque é exigido qualidade especial do devedor.

↳ a obrigação poderá ser adimplida por um devedor determinado.

- ex: cantor famoso

nas infungíveis: não pode haver adimplemento por terceiro

nas fungíveis: é possível ocorrer adimplemento por um terceiro

► **Obrigações de não fazer:** consiste no compromisso de abstenção por parte do devedor de realizar alguma atividade que em tese seria lícito a ele realizar.

↳ o que conduz o adimplemento é a inércia do devedor

↳ "obrigação negativa"

↳ serão sempre infungíveis, e inclusive, essa infungibilidade será contratual.

↳ não comporta a figura de mora

art. 391 CC

estabelece que, nas obrigações negativas, o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.

demais modalidades:

► importante recordar das obrigações simples e compostas.

- **simples:** é aquela na qual há um sujeito ativo, um sujeito passivo e um objeto.

- **composta:** possui uma multiplicidade de sujeitos ou objetos. Podendo

amoré

ser **objetivamente composta** (mais de um objeto) ou **subjetivamente composta** (mais de um sujeito).

@beatriznamiestudies

objetivamente

↳ **composta**: obrigação alternativa (artigos 252 a 256 CC); obrigação cumulativa (não tem previsão legal); obrigação facultativa (não tem previsão legal).

subjetivamente

↳ **composta**: obrigações divisíveis ou fracionárias (art. 257); obrigações indivisíveis (arts. 258 a 263) e obrigações solidárias (arts. 264 a 286).

Obrigações de dar

É um compromisso de entrega ou restituição de coisas pelo gênero, do devedor para o credor.

▸ as obrigações de dar podem ser divididas em duas modalidades:

- **obrigações de dar coisa certa**: a prestação neste caso é definida pelo gênero, quantidade e qualidade da coisa a ser entregue.

↳ **subespécies**: obrigações de dar quantia certa e obrigações de restituir

↳ se tratando de obrigação de restituir, não há transmissão do direito do direito de propriedade, o que ocorre é apenas uma devolução da posse direta obtida.

▸ **ex**: contrato de comodato, locação, depósito, etc.

- **obrigações de dar coisa incerta**: neste caso faltará o objeto designado como prestação. A prestação será apenas definida pelo gênero e pela quantidade.

↳ É uma obrigação que nascerá incerta, porém, para que seja cumprida é necessário que seja especificada.

art. 244 CC

a regra é de que a escolha da qualidade na obrigação genérica caberá ao devedor porque facilita o adimplemento da obrigação.

↳ as partes podem acordar de outra maneira.

perda do objeto

↳ antes do adimplemento

▸ perda do objeto nas obrigações de dar coisa certa: a análise será feita a partir da ocorrência ou não da tradição

↳ a tradição é a entrega do bem

↳ se houver uma conduta culposa, o responsável pagará por perdas e danos

↳ antes da tradição:

- perda total sem culpa do devedor: o contrato será resolvido para ambas as partes, devolvendo o que já foi pago pelo credor, regressando as partes ao status anterior.

- perda total com culpa do devedor: a obrigação será resolvida, devolve-se o que já foi pago e há o pagamento de perdas e danos.

- perda parcial ou deterioração: sem culpa do devedor: o credor pode escolher se quer ficar com o bem ou não, abatido o preço ou se resolve a obrigação.

- perda parcial com culpa do devedor: tem o mesmo direito de escolher, porém, será acrescido as perdas e danos.

@beatriznamiestudies

- depois da tradição: se já ocorreu a tradição, a coisa perece para o dono.

▶ perda do objeto nas obrigações de dar coisa incerta: essa modalidade será analisada a partir da escolha da qualidade do objeto e também da ocorrência da tradição.

- antes da tradição: o gênero não perece, mesmo em caso de caso fortuito ou força maior, não poderá o devedor alegar a perda do bem.

- depois da tradição: será como ocorre na obrigação de dar coisa certa, ou seja, perece para o dono.

▶ obrigação de restituir: terá um regramento próprio quando da perda da coisa. Não haverá transmissão de propriedade, somente uma devolução da posse direta do bem.

Antes ou depois da restituição, quem sofre a perda é sempre o credor, pois nunca deixou de ser proprietário da coisa.

alternativas, cumulativas e facultativas

art. 252 a 256 CC → obrigação alternativa: são caracterizadas pela junção "ou", quando ocorre previsão de duas ou mais prestações.

↳ o devedor se liberará pagando qualquer uma das prestações

↳ a escolha entre as partes, relacionada as prestações alternativas será do devedor. Porém, é possível que as partes designem um terceiro para a efetivação da escolha.

↳ o juiz irá decidir apenas quando não houver acordo.

perda do objeto

- ocorrendo a perda de um dos objetos: a obrigação se concentra no objeto restante → art. 253 CC

- se ambas as prestações se perderem sem culpa do devedor: a obrigação será extinta → art. 256 CC

- se a escolha cabe ao devedor: quando apenas uma das prestações se impossibilitou com culpa do devedor, segue o disposto no art. 253, se ambas as prestações se perderem por culpa do devedor, o credor poderá ser ressarcido com o equivalente + perdas e danos.

- se a escolha for do credor: quando apenas uma das prestações se perder por culpa do devedor, o credor poderá escolher entre a prestação restante ou o equivalente + perdas e danos em relação àquela que se perdeu.

→ obrigação cumulativa: o devedor será obrigado a pagar todos os objetos determinados e somente se desobrigará quando adimplir todas as prestações que estiverem pactuadas.

- se o devedor entregar apenas uma das prestações e não entregar as restantes, estará configurado o inadimplemento parcial.

- se houver a perda do objeto sem culpa do devedor, estará extinta parcialmente e se transformará em obrigação simples. Se ocorrer a perda dos dois objetos da prestação sem culpa do devedor, restará extinta a obrigação para ambas as partes.

- se houver a perda do objeto com culpa do devedor, ele deverá pagar o equivalente + perdas e danos e ainda adimplir o restante da prestação.

No caso de ambos os objetos se perderem por culpa do devedor, de-

verá pagar o equivalente + perdas e danos em relação a todos os objetos que se perderam.

@beatriznamiestudies

→ **obrigação facultativa:** haverá a fixação de duas prestações, ou seja, uma será a principal e outra subsidiária.

↳ o devedor pode optar por cumprir a prestação subsidiária para adimplir a obrigação

- é estabelecido mais de uma opção para o devedor
- para o ~~devedor~~ ^{credor} será uma prestação composta e para o ~~devedor~~ ^{credor} será simples.
- Se o objeto secundário se perder com culpa ou sem culpa, o que ocorre é apenas a extinção do direito potestativo de optar por uma das prestações.
- Se a perda for do objeto principal, deverá ser analisado a responsabilidade do devedor em relação à isso.
- Se houver a perda com culpa, o devedor poderá optar entre pagar o equivalente + perdas e danos ou entregar o objeto subsidiário. Se houver a perda sem culpa, a obrigação será extinta.

obrigações

divisíveis e indivisíveis

@beatriznamiestudies

• **divisíveis**: obrigação composta, via de regra, será divisível, isso porque o seu objeto será dividido de acordo com o número de credores ou devedores que se fizerem presentes.

- **ex**: uma dívida de 3 mil reais, com 3 devedores, cada um deles só será responsável para pagar a sua parte, de acordo com o art. 267 CC.

• **indivisíveis**: a prestação poderá ser exigida em sua integralidade, pela impossibilidade de fracionamento do objeto.

- **objeto**: é um bem indivisível

art. 87 e 88 CC

4 fatores da
indivisibilidade

natureza do bem
contrato
lei
razões econômicas

↳ **exemplos**: natureza: um animal
lei: um lote urbano

pluralidades:

- **de credores**: art. 260 a 262 CC

↳ poderá cada um deles exigir a dívida inteira

↳ o devedor se desobrigará pagando aos credores em conjunto ou somente um deles.

↳ o credor que não recebeu do devedor exigirá sua parte do cocredor.

↳ Se concorrerem vários credores, um deles poderá, de forma isolada, perdoar o devedor da sua parte.

- **de devedores**: art. 269 c/c os arts. 346 e 263 do CC

↳ qualquer um dos devedores poderá ser demandado a pagar a dívida por inteiro, já que o objeto não pode ser dividido.

↳ se o objeto da obrigação se perder sem culpa do devedor, a obrigação será extinta. Se houver culpa, terá que pagar o equivalente + perdas

amoré

e danos. Se houver mais de um devedor, apenas o culpado pagará o referente às perdas e danos.

amorê

@beatriznamiestudies

transmissão das obrigações

A transmissão das obrigações é um ato facultativo, isso significa que pode ocorrer em algumas relações obrigacionais e como consequência gerando a substituição dos personagens originais.

► transmissão da posição ativa ou passiva do credor ou devedor, para terceiros, através de um novo negócio jurídico.

↳ Terceiros que até então eram estranhos ao negócio original

► 2 espécies de transmissão:

Cessão de crédito: o credor originário será o cedente e o novo credor será o cessionário.

- o devedor não é parte na cessão de crédito

↳ **cessão de crédito pro soluto:** essa é a regra geral, é aquela em que o cedente deve garantir ao cessionário ao menos a existência do crédito cedido - art. 295 CC.

↳ **cessão pro solvendo:** é uma exceção, o que ocorre aqui é que o cedente, além da existência do crédito, garante a solvência do devedor.

- art. 296 e 297 CC.

Assunção de dívida: também será um negócio jurídico.

Neste caso, um terceiro estranho ao contrato assume obrigação do devedor originário.

- **assunção liberatória:** o assuntor (quem assume a dívida) vai substituir o devedor originário, que se preencher alguns requisitos, ficará isento de responsabilidade.

Requisitos

da assunção liberatória

consentimento do credor

validade da assunção

solvência do assuntor no momento da assunção

► **obs:** como regra geral, a assunção libera o fiador; pode ocorrer ainda que não tenha a participação do devedor primário, chama-se

amoré

assunção de dívida por expromissão, o assuntor não pode arguir em face do credor sobre personalidades que competiam ao devedor originário.

@beatriznamiestudies

assunção cumulativa: é admitida com base na autonomia da vontade, porém, não há previsão legal.

Aqui, haverá uma solidariedade entre os devedores, desde que a solidariedade esteja prevista nas cláusulas do contrato, visto que não é algo presumido.

- não há exoneração do devedor primitivo

adimplemento e extinção

DAS OBRIGAÇÕES

art. 304 a 388 CC

@beatriznamiestudies

▶ pagamento direto: é a forma em que a obrigação se faz satisfeita imediatamente e é a maneira mais eficaz de se extinguir uma dívida.

↳ **necessária analisar:** os sujeitos do pagamento, objeto, prova, local e tempo do pagamento.

▶ pagamento indireto: essa é uma forma de satisfação mediata, haverá um intermediário antes da efetivação.

↳ 4 institutos vinculados ao pagamento indireto:

- consignação em pagamento: o pagamento em consignação consiste no depósito judicial ou extrajudicial da quantia ou coisa devida, quando há uma recusa injustificada do credor em receber.

- sub-rogação: o pagamento satisfaz os interesses do credor e aquele que pagou será transferido para a posição de credor originário.

- imputação: quando há mais de uma dívida, de igual natureza, os devedores que oferecerem a prestação em pagamento, deverão indicar qual das dívidas irá pagar naquele momento.

- dação em pagamento: o credor não é obrigado a receber um objeto diverso daquele que foi pactuado, porém, se for da sua vontade receber objeto diverso, ocorrerá a dação em pagamento.

formas de extinção:

- **novação:** a novação acontece quando é criada uma nova obrigação, diversa da anterior, com a finalidade de extinguir a primeira.

↳ obrigações nulas não são passíveis de novação

- **compensação:** acontece quando credor e devedor têm ao mesmo tempo créditos e débitos um pl com o outro.

↳ as dívidas tem que ser da mesma natureza

- **confusão:** quando uma pessoa é credor e devedor ao mesmo tempo. Se não for possível a cobrança, será extinta a obrigação.

- **remissão:** é um ato de renúncia ao crédito, pelo perdão que se concede ao devedor. Para que tenha eficácia é necessário que o devedor aceite.

amoré

teoria do pagamento

► **solvens** é aquele que efetua o adimplemento, ou seja, o **devedor**.

► **Exceção:** é possível que terceiros assumam a condição de pagadores, porém, é necessário analisar se este teve ou não interesse jurídico no pagamento feito.

terceiro

interessado: se o devedor principal não pagar, o terceiro poderá vir a sofrer a responsabilização. **Ex:** fiador, avalista, etc

não interessado: se o devedor principal não pagar, o terceiro não sofrerá responsabilidade patrimonial.

o **terceiro interessado** tem um **interesse jurídico**

o **terceiro não interessado** tem um **interesse moral**

efeitos

o **terceiro interessado** que paga irá se sub-rogar no direito de credor originário

o **terceiro não interessado** pode pagar em nome próprio ou em nome do devedor (tem efeitos diferentes)

► **accipiens** é aquele que recebe, ou seja, o **credor**.

pode ser representado por um **terceiro** e este representante pode ser legal, contratual e judicial.

- **pagamento feito a credor putativo:** o pagamento é feito àquele que aparenta ser o credor, mas na verdade não é. Se o devedor realizou o pagamento com boa-fé, tal ato é válido.

- **Quanto ao objeto:** o credor não é obrigado receber objeto diverso daquele que foi pactuado.

- **Quanto ao valor:** o credor não é obrigado a receber pagamento parcial, se isso não foi combinado

prova

O pagamento se prova com a **quitação da prestação**. A **quitação do pagamento:** deve conter quem paga, quem recebe, o valor e o local do pagamento, além de ter que **especificar o objeto**.

possuem presunções relativas

amoré

lugar

A lei estabelece que a regra geral quanto ao local de pagamento é a de que o pagamento seja feito no domicílio do devedor, porém, é uma regra que as partes poderão determinar que o pagamento pode ser feito no domicílio do credor.

- **renúncia:** é possível que haja a renúncia do local de pagamento.

Se o credor se omite reiteradamente quanto a exigência do cumprimento de uma cláusula contratual, esse comportamento pode causar expectativas no devedor no sentido de achar que não será cobrado. Nesse caso, o devedor pode alegar o instituto da supressão.

@beatriznamiestudies

tempo

A regra geral é que deve estar especificado no contrato quando a dívida será paga.

- mesmo que tenham estabelecido uma data para o pagamento, o devedor pode quitar antecipadamente a obrigação.

- É possível que haja o vencimento antecipado da dívida, quando houver risco ao direito de crédito.

ocorrerá quando houver a falência ou insolvência do devedor com a consequente abertura de concurso de credores.

inadimplemento

DAS OBRIGAÇÕES

@beatriznamiestudies

▷ inadimplemento obrigacional art. 389 a 420 CC

Para que os efeitos do inadimplemento sejam de fato deflagrados, é necessário que haja uma conduta imputável (com culpa).

↳ se possível, a parte prejudicada poderá exigir o cumprimento específico da obrigação.

↳ o inadimplemento culposo é a fonte da chamada responsabilidade civil contratual.

espécies

mora

inadimplemento absoluto

violação positiva do contrato

▷ **mora**: a mora é o cumprimento imperfeito da prestação com razão do tempo, lugar e forma.

- não é um mero atraso
- configura-se quando adimplida em local diverso daquele combinado
- para configurar, também é necessário que a prestação seja útil pl o credor.
- não há mora nas obrigações negativas

↳ espécies de mora:

- mora solvendi: é a mora do devedor e deve haver um cumprimento imperfeito e presença de culpa.
- mora accipiendi: é a mora do credor e tem-se apenas o requisito objetivo.

▷ inadimplemento absoluto:

- ↳ recusa voluntária do devedor em cumprir a prestação
- ↳ perda total do objeto por culpa do devedor
- ↳ caráter transformista da mora

Quando ocorrer qualquer uma dessas causas, haverá resolução da obriga-

amoré

ção com pagamento de perdas e danos, juros moratórios, correção monetária e honorários advocatícios.

@beatriznamiestudies

▶ violação positiva do contrato:

Ocorre quando as partes não cumprem os deveres anexos ou laterais que são criados pela lei a partir da incidência do princípio da boa-fé objetiva.

↳ deveres impostos pelo art. 422 CC:

↳ quando a parte, por exemplo, cumpre a prestação principal, mas não cumpre os anexos à esta.